

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.766.363 - SP (2018/0239121-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**RECORRENTE** : LUCIANO LEITE  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
MARIANA FERREIRA CAVALCANTE - DEFENSOR PÚBLICO  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial com fulcro no art. 105, III, alínea "c", da Constituição Federal, interposto em desfavor de decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o recorrente foi condenado pela prática do delito previsto no art. 155, *caput*, do Código Penal (furto), à pena de 01 (um) ano de reclusão, em regime inicial semiaberto, e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa.

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação, que restou desprovido por acórdão assim ementado:

*APELAÇÃO. Furto simples. Artigo 155, caput, do Código Penal. Sentença condenatória. Recurso defensivo. Autoria e materialidade não questionadas. Princípio da insignificância. Inaplicabilidade. Dosimetria escorreita. Regime inicial semiaberto mais adequado, com base no entendimento da Súmula nº 269, do Colendo Superior Tribunal de Justiça. Impossibilidade de substituição da reprimenda ou concessão de sursis. RECURSO DESPROVIDO.*

Na petição de recurso especial, a defesa apresenta divergência jurisprudencial. Sustenta, em síntese, a aplicação do princípio da insignificância.

Contrarrazões às fls. 349/372.

Admitido o recurso (fl. 375), os autos vieram a esta Corte.

Parecer ministerial pugnando pelo desprovimento do recurso (fls. 386/391).

É o relatório. Decido.

O recurso não merece ser conhecido.

É assente nesta Corte Superior o entendimento de que há a necessidade de indicação do dispositivo de lei federal objeto da divergência, mesmo quando o apelo

nobre é interposto com fundamento apenas na alínea "c" do permissivo constitucional.

Nessa linha:

*PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO PELA ALÍNEA "C" DO INCISO III DO ART. 105 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO NO QUAL SE FUNDA A DIVERGÊNCIA. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 284 DA SÚMULA DO STF. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. A interposição pela alínea "c" do inciso III do art. 105 da CF exige a indicação do dispositivo de lei federal sobre o qual se funda a divergência. Incidência da Súmula 284 do STF. Precedentes. 2. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 1013384/RS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 09/06/2017 - Grifo Nosso).*

*RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSO PENAL. ANÁLISE DE OFENSA A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. USURPAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO PRETÓRIO EXCELSO. OMISSÃO NO ACÓRDÃO DO TRIBUNAL A QUO. INEXISTÊNCIA. INTIMAÇÃO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL. QUESTÃO SURGIDA NO JULGAMENTO DOS EMBARGOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. FUNDAMENTAÇÃO. SUFICIÊNCIA DA PROVA PARA EMBASAR A DENÚNCIA. SÚMULA 7/STJ. ADITAMENTO. REGULARIDADE. QUEBRA DO SIGILO BANCÁRIO. VALIDADE. PODERES INVESTIGATÓRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 593.727. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS VIOLADOS. RECURSO COM FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF.*

(...)

*9. A falta de indicação do dispositivo de lei federal a que os acórdãos teriam conferido interpretação divergente evidencia deficiência na fundamentação recursal que impede o conhecimento do recurso especial ante à incidência do enunciado 284 da súmula do Supremo Tribunal Federal. 10. Recurso improvido. (REsp 1525437/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 03/03/2016, DJe 10/03/2016 - Grifo Nosso).*

Diante disso, o conhecimento do recurso especial encontra óbice na Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia*".

Ante o exposto, com fulcro no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

